



HISTÓRIA DA MATRÍCULA ESCOLAR DE PATLI E HUGO

Esta história lhe guia pela jornada de uma mãe para matricular o filho em uma escola pública. Apesar das leis dos E.U.A. protegerem os direitos de sua família, Patli, mãe de Hugo, enfrenta inúmeros desafios. Porém, graças à sua obstinada defesa, seu filho pode começar a estudar e obter os serviços que ele precisa. Continue lendo para saber como essa família superou cada desafio.

ILUSTRADA POR **EUGENIA MELLO**

ÍNDICE

Durante a matrícula, o funcionário se recusa indevidamente a usar um intérprete para se comunicar com Patli	4
O funcionário responsável pela matrícula demanda indevidamente a apresentação de documentos como o cartão de seguro social que Hugo não tem	5
O funcionário se recusa indevidamente a matricular Hugo devido à idade dele e não o avalia para serviços de educação especial	6
Hugo começa as aulas, mas não recebe os serviços de educação especial e de inglês como segunda língua (ESL) que deveria receber	8
O amigo de Hugo, Daniel, está sem moradia e não pode fornecer os documentos solicitados pelo funcionário para fazer a matrícula	9
Hugo e Daniel prosperam na escola	11
Lembretes importantes	12
Funcionários principais	12
Carta de defesa de acesso a serviços de idiomas	15
Carta de defesa de matrícula	7
Carta de defesa da educação especial	19
Carta de defesa de assistência a estudantes sem moradia/desabrigados de acordo com a Lei McKinney-Vento	21

CENÁRIO 1

O que está acontecendo?

Patli e o filho Hugo de 17 anos mudam-se para uma nova vizinhança em um novo distrito escolar. Ela planeja matricular Hugo na escola pública local.

Patli fala quiché, uma língua maia falada na Guatemala. Hugo também fala quiché, mas também entende um pouco de espanhol e inglês. Ele é um estudante multilíngue emergente. Patli suspeita que Hugo tem uma deficiência de aprendizagem, mas ele nunca recebeu serviços de educação especial. Por conta própria, Patli tenta matricular Hugo na escola no escritório da administração do distrito. Porém, o funcionário responsável diz a ela em inglês que não há ninguém para ajudar a interpretar e que não é possível chamar um intérprete. Ele recomenda que Patli volte com alguém que possa interpretar para ela. Patli vai embora sentindo-se desencorajada e sem matricular Hugo na escola.

Qual é o problema?

O distrito escolar cometeu um erro ao responder à Patli dessa maneira. Como exigido por lei federal, o distrito escolar tem a responsabilidade de fornecer um intérprete qualificado para se comunicar com Patli em quiché. Contratar e pagar um intérprete não é responsabilidade da família.

O que fazer se isso acontecer com você?

Se possível, lembre ao funcionário que é responsabilidade da escola comunicar-se com você em um

idioma que você possa entender. Isso inclui o uso de um intérprete para comunicações orais e traduções para comunicações por escrito. Você encontrará uma *Carta de defesa do acesso a serviços de idiomas na página 15* deste recurso que poderá compartilhar com o funcionário. A carta lembra ao pessoal do distrito escolar da responsabilidade legal deles e solicita uma reunião, com interpretação, para discutir e resolver o problema. Ela pode ser usada durante o processo de matrícula e ao longo do ano escolar, a qualquer momento que a escola ou o distrito não se comunique com você em um idioma que possa entender, ou se seu estudante não receber o necessário serviço de idiomas.

Se o funcionário de matrícula não se dispuser a ajudar, verifique o diretório de funcionários no site da escola ou do distrito e tente localizar alguém nas funções listadas na *seção Funcionários -chave na página 12* deste recurso. Envie também a eles a Carta de defesa de acesso a idiomas.

Considere contatar uma assistência jurídica local ou uma organização comunitária que ajude famílias e estudantes imigrantes. Os defensores dessas organizações geralmente ajudam famílias com problemas que estejam enfrentando na escola ou no distrito.



CENÁRIO 2

O que está acontecendo?

Patli envia a carta de defesa de acesso a idiomas ao funcionário de matrícula, ao coordenador de inglês como segunda língua (ESL) do distrito e ao superintendente. Antes de receber uma resposta, ela volta ao escritório da administração com Hugo. O funcionário novamente se recusa a fornecer um intérprete. Hugo tenta interpretar e explicar que Patli gostaria de matriculá-lo. O funcionário entrega a eles o formulário de matrícula em inglês, porém ele não está traduzido para quiché.

O funcionário pede uma cópia da certidão de nascimento de Hugo, os registros escolares e o número do seguro social. A certidão de nascimento de Hugo e alguns registros escolares não estão em inglês. Ele não tem um cartão de seguro social. Patli mostra a certidão de nascimento e os registros escolares e o funcionário se recusa a aceitá-los porque não estão em inglês. O funcionário diz que Hugo não pode ser matriculado sem um cartão de seguro social. Patli e Hugo vão embora sem conseguir fazer a matrícula de Hugo.

Qual é o problema?

Além de fornecer um intérprete qualificado, o distrito deveria ter traduzido a documentação de matrícula para quiché e provavelmente deveria ter traduzido a certidão de nascimento e os registros escolares antigos para inglês para matricular Hugo no ano adequado. O distrito certamente não deveria ter exigido que Patli e Hugo fornecessem qualquer documento traduzido antes de matriculá-lo. A escola também errou ao exigir o cartão de seguro social. Por lei, Hugo não precisaria mostrar um cartão de seguro social para ser matriculado em escola pública.

O que fazer se isso acontecer com você?

Se a escola ou o distrito não permitir a matrícula de seu filho, considere enviar a *Carta de defesa de matrícula na página 17* deste recurso a qualquer funcionário listado na *seção Funcionários -chave na página 12*. Ela explica que as escolas e os distritos não podem discriminar contra estudantes com base em raça, nacionalidade (incluindo idioma), cor ou condição de deficiência. Ela também solicita uma reunião com interpretação, se necessário, para discutir e resolver o problema, e explica que as escolas públicas e os distritos:

➤ Devem aceitar documentos em qualquer idioma e fornecer materiais traduzidos e interpretação ao longo do processo de matrícula.



➤ Não podem encaminhar estudantes imigrantes ou estudantes multilíngues/bilíngues mais velhos a programas de educação para adultos como prática geral. Muitos podem se qualificar para serviços de apoio e podem estar a caminho de se formar no tempo correto.

➤ Não podem recusar a matrícula de estudantes com deficiências conhecidas ou suspeitas ou estudantes sem moradia ou desabrigados antes de avaliar a elegibilidade deles para os serviços.

Além disso, se ainda não tiver feito isso, considere contatar uma assistência jurídica local ou uma organização comunitária que ajude a proteger os direitos de estudantes e famílias imigrantes.

CENÁRIO 3

O que está acontecendo?

Após a matrícula de Hugo ter sido negada, Patli conversa com os vizinhos dela. Eles passaram por uma situação semelhante. O vizinho de Patli recomenda um defensor que ajudou na matrícula de seu filho. O defensor convence o distrito escolar que, por lei, Hugo não precisa apresentar um cartão de seguro social e que o distrito não pode recusar a matrícula pelo fato de os registros escolares estarem em outro idioma. O defensor também informa ao distrito escolar que Patli acredita que o filho pode ter uma deficiência de aprendizagem e que ela solicita que ele seja avaliado para serviços de educação especial. O distrito aceita o formulário de matrícula de Hugo.

Todavia, Patli depois recebe um aviso em inglês informando que a matrícula de Hugo foi negada devido à idade dele e porque a escola considera que Hugo não conseguirá concluir todas as matérias necessárias para se formar no tempo certo. A escola não menciona opções de escola noturna ou cursos de verão para ajudar Hugo a obter os créditos em tempo. Em vez disso, eles dizem que Hugo deve procurar um programa de educação para adultos. Hugo tenta traduzir o aviso para a mãe, mas tem dificuldade.

Qual é o problema?

O distrito escolar deveria ter traduzido este e todos os outros avisos importantes para quiché. O distrito provavelmente estava errado em negar a matrícula de Hugo com base na idade dele. O distrito certamente estava errado em negar a matrícula de Hugo sem considerar primeiro a qualificação dele para os serviços de educação especial. A escola sabia que Hugo era um estudante com suspeita de deficiência de aprendizagem.

A lei dos E.U.A declara que todas as escolas e distritos devem identificar e avaliar todos os estudantes com deficiência ou suspeita de deficiência para serviços de educação especial (SPED) até a idade de 21 anos. Isso é verdade se a criança já estiver matriculada no distrito ou se já recebeu serviços SPED no passado. Quando os estudantes se qualificam para serviços SPED, o distrito deve matriculá-los e educá-los até a idade de 21 anos (mesmo se a lei estadual permitir que o distrito negue a matrícula de estudantes a partir de 16 anos).

O que fazer se isso acontecer com você?

Se o seu estudante nunca foi avaliado para serviços SPED, se você pensa que há qualquer chance de que eles possam se beneficiar dos serviços SPED, ou se eles já foram identificados como estudantes com deficiência, recomendamos que você solicite uma avaliação de SPED enviando a *Carta de defesa da educação especial na página 19* deste recurso aos funcionários da escola e do distrito listados na *seção Funcionários-chave na página 12*. Os distritos escolares têm a responsabilidade de avaliar os estudantes quando solicitado ou quando souberem ou suspeitarem que o estudante apresenta uma deficiência.

Patli estava certa em solicitar uma avaliação, mesmo que não tivesse certeza de que Hugo se qualificaria para os serviços SPED.

Os estados têm leis diferentes sobre quando a matrícula de um estudante pode ser negada com base em idade. Se o seu estudante tiver 16 anos ou mais, não se qualificar para os serviços SPED e tiver a matrícula negada com base em idade, é uma boa ideia conversar com um advogado ou defensor qualificado em uma organização de assistência jurídica ou organização comunitária local.

Patli e Hugo já sofreram várias violações de direitos neste distrito escolar. Cada departamento de educação do estado tem um processo de reclamação para que famílias e defensores reportem violações de direitos de estudantes e responsáveis legais. Patli pode querer conversar com o defensor dela sobre fazer uma reclamação ao estado.

Além disso, o Departamento de Educação (DOE) e o Departamento de Justiça (DOJ) dos E.U.A. têm processos de reclamação. A Divisão de Direitos Cíveis e a Seção de Oportunidades Educacionais do DOJ são responsáveis por fazer cumprir as leis federais que protegem estudantes contra discriminação baseada em raça, nacionalidade (incluindo idioma), cor e condição de deficiência. Você e seu defensor podem considerar registrar uma queixa com um ou ambos os departamentos solicitando uma investigação da violação dos seus direitos.



CENÁRIO 4

O que está acontecendo?

O defensor de Patli ajuda a fazer a matrícula de Hugo com base na lei estadual. Todavia, o distrito não avalia o nível do inglês dele nem o avalia para serviços SPED, mesmo tendo a responsabilidade legal de fazer isso. Hugo não é colocado em aulas de ESL e não obtém qualquer serviço de educação especial. Patli observa que Hugo está frustrado e desestimulado. Ele está ficando para trás e as notas estão caindo.

Qual é o problema?

O distrito sabe que Hugo ainda está aprendendo inglês e que ele tem suspeita de deficiência de aprendizagem. Por lei, a escola e o distrito devem identificar se ele precisa de serviços de idiomas e SPED. Identificar aprendizes de inglês geralmente é um processo em duas etapas:

- Primeiramente, os estudantes respondem a uma pesquisa sobre o idioma da casa para determinar qual é o idioma usado na casa do estudante.
- Em seguida, os estudantes fazem uma avaliação de idioma para determinar o nível de inglês deles.

A escola e o distrito escolar não podem manter Hugo legalmente fora das aulas de ESL (às vezes chamado EL, ELL ou ESOL) ou impedi-lo de receber serviços SPED, caso ele se qualifique.

É importante lembrar que a escola também não pode manter Hugo desnecessariamente afastado dos colegas que falam inglês e dos colegas que não recebem serviços SPED.

O que fazer se isso acontecer com você?

Já que a escola e o distrito continuam ignorando suas próprias responsabilidades legais, você deve solicitar uma avaliação para serviços SPED e de idiomas. Você pode usar as *cartas de defesa de acesso a serviços de idiomas e SPED mencionadas anteriormente e encontradas nas páginas 15 e 19* deste recurso.

Você também deve solicitar que sua criança obtenha educação compensatória para compensar pelo tempo que não receberam serviços SPED. “Educação compensatória” significa serviços como mentoria/reforço para ajudar os estudantes a atingir o nível em que deveriam estar se tivessem recebido os serviços adequados ao longo do tempo. Por exemplo, Hugo pode ter direito a um reforço extra porque o distrito não ofereceu qualquer apoio em relação à deficiência de aprendizado dele.

Você pode considerar falar com outras famílias para verificar se estão tendo o mesmo problema na escola. A organização formada entre pais, responsáveis, defensores e membros da comunidade pode ser uma ferramenta poderosa para trabalhar em conjunto e exigir mudanças. Verifique se já existe algum grupo na sua área que tenha sido organizado em torno desses tipos de problemas que afetam crianças e famílias

Além disso, algumas escolas e distritos têm grupos de apoio liderados por estudantes ou famílias aos quais você pode se conectar e conversar sobre maneiras de obter os serviços necessários.





Se a sua escola ou distrito se recusar a melhorar suas próprias práticas, uma ferramenta legal que alguns advogados e organizações de direito civil podem considerar é enviar uma carta de demanda ao dis-

trito escolar e ao advogado do distrito. As cartas de demanda geralmente são enviadas como último recurso para resolver um problema antes de entrar com uma ação judicial.

CENÁRIO 5

O que está acontecendo?

Os vizinhos de Patli a convidam para participar de uma coalisão de pais e responsáveis que estão tendo problemas semelhantes. Juntos, eles participam da reunião do conselho da escola e falam sobre a falha do distrito em cumprir a lei e criar um ambiente que apoie todos os estudantes e suas famílias. Em decorrência disso e de outras medidas tomadas pela coalisão, a escola melhora suas práticas. A escola avalia Hugo para os serviços de ESL e SPED, e ele começa a participar das aulas e receber as acomodações para as quais qualificou. Ele está começando a gostar da escola!

Algumas semanas após o início do ano letivo, o novo amigo de Hugo, Daniel, pede para ficar na casa de Hugo e Patli por uma ou duas semanas. Os pais de Daniel não moram nos E.U.A. Ele estava morando com o tio, seu responsável legal tem-

porário. Recentemente, o tio de Daniel foi forçado a sair do apartamento onde vivia e está procurando outra moradia. Daniel passou a última semana com amigos ou em motéis. Patli deixa Daniel dormir no sofá temporariamente se ele se matricular na escola.

Quando Daniel tenta se matricular no distrito de Hugo, o funcionário solicita provas de identificação, idade, vacinação e residência dentro dos limites do distrito escolar. Eles também dizem que precisarão que os pais ou responsáveis de Daniel assinem o formulário de matrícula, pois ele é menor. Daniel não tem nenhum dos documentos e nem um pai/mãe ou responsável legal no momento que possa assinar o formulário de matrícula. O funcionário da escola diz que Daniel não pode ser matriculado e pede que ele retorne quando tiver os documentos e que venha acompanhado do responsável legal.



Qual é o problema?

Menores desacompanhados têm os mesmos direitos à educação pública do que outros estudantes. Os distritos não podem recusar a matrícula de um estudante como Daniel pelo fato de ele não ter um pai/mãe ou responsável para ajudá-lo.

De acordo com a legislação dos E.U.A. (a Lei de assistência a pessoas sem moradia/desabrigados McKinney-Vento), os estudantes sem moradia/desabrigados têm o direito de serem matriculados imediatamente na escola, mesmo sem documentação.

Embora Daniel esteja se hospedando com Patli, ele é considerado um estudante sem moradia sob a lei dos E.U.A, porque ele não tem uma moradia regular no horário noturno. O funcionário deveria ter matriculado Daniel imediatamente na escola, e um administrador da escola ou do distrito (às vezes chamado contato McKinney-Vento) deveria trabalhar com Daniel para ajudá-lo a obter quaisquer documentos necessários. O administrador também deveria identificar outros serviços que Daniel precisa para ter um bom desempenho escolar.



O que fazer se isso acontecer com você?

Considere enviar a *carta de defesa McKinney-Vento na página 21* deste recurso ao pessoal da escola ou do distrito listado na *seção Funcionários -chave na página 12*. Essa carta explica que:

- Os estudantes sem moradia têm o direito de serem matriculados imediatamente na escola mesmo se ainda não tiverem todos os documentos exigidos para a matrícula.
- O distrito deve considerar tais estudantes para sua elegibilidade de acordo com a Lei de assistência a estudantes sem moradia McKinney-Vento.
- Os estudantes qualificados de acordo com a Lei McKinney-Vento têm direito a vários serviços de apoio do distrito, tal como transporte de ida e volta da escola.

Se não tiver certeza se você ou seu filho se qualificariam, peça mesmo assim que o distrito considere a sua qualificação. A definição de “sem moradia” de acordo com a Lei McKinney-Vento é muito ampla, por isso, uma criança pode se qualificar para os serviços mesmo se tiver um lugar para dormir todas as noites.



Além disso, Patli pode querer apresentar Daniel ao defensor dela se ele precisar de ajuda adicional para se matricular.

Após enviar a carta de defesa McKinney-Vento ao contato correspondente do distrito, Daniel consegue se matricular na escola. O contato da McKinney-Vento e o/a assistente social da escola ajudam

Daniel a se registrar para serviços como transporte e almoço gratuito, e começam a trabalhar com a família de Daniel para obter os documentos que ele não tinha quando conversou com o funcionário da escola pela primeira vez. Daniel agora se sente mais apoiado pelo pessoal da escola e da comunidade.

LEMBRETES IMPORTANTES

Quando as escolas ou os distritos não cumprem a lei, é fácil se sentir estressado ou desencorajado. Porém, há muitas medidas que você pode tomar e pessoas que podem ajudar. Basta lembrar que:

- ➔ Você tem proteções legais para defender os direitos da sua família.
- ➔ Não há qualquer problema em pedir ajuda de assistência jurídica ou organizações comunitárias.
- ➔ A comunidade tem poder! Conversar com outras famílias e tomar medidas em conjunto já gerou muitas mudanças positivas em nossas escolas.
- ➔ Estimular sua escola ou seu distrito a implementar

mudanças pode ajudar você e outras famílias do distrito, agora e no futuro.

- ➔ Se você sofreu violações ou retaliações continuadas por reivindicar seus direitos na escola, chame-nos por ligação gratuita entre 9h e 16h (costa leste dos EUA) para **1-800- 591-3656**, ou visite-nos no **splcenter.org/plyler**

FUNCIONÁRIOS-CHAVE

Verifique o diretório de funcionários no site da escola ou do distrito e procure por pessoas nas seguintes funções. Cada distrito escolar é diferente e os títulos e as posições podem variar, mas, no geral, as pessoas nas funções abaixo devem estar lá para ajudar a orientar e apoiar as famílias:

- ➔ Coordenador de ESL/ESOL/EL/ELL
- ➔ Coordenador de educação especial/504
- ➔ Conselheiro da escola ou orientador escolar
- ➔ Contato da McKinney-Vento
- ➔ Assistente social escolar
- ➔ Administrador ou coordenador do escritório
- ➔ Coordenador do Título III
- ➔ Diretor e superintendente
- ➔ Contato da família/pais/responsáveis

CARTAS DE DEFESA

AVISO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE ACESSO A IDIOMAS

RESUMO DA CARTA DE DEFESA DE IDIOMAS

Esta carta deve ser usada por famílias e seus defensores quando uma escola ou um distrito escolar tiver violado o direito de acesso ao idioma de um pai/mãe, responsável legal ou estudante em escolas públicas do ensino fundamental e médio (elementary, middle e high schools). A carta explica que é ilegal que as escolas discriminem contra estudantes e famílias em relação ao seu país de origem, à sua situação de imigração ou ao seu idioma de preferência. Ela explica que, durante o processo de matrícula e ao longo do ano escolar, as escolas são obrigadas por lei federal a comunicar informações essenciais às famílias de forma oral e escrita no idioma preferencial delas. A carta também explica que é responsabilidade legal da escola garantir serviços de interpretação e tradução qualificados e precisos.

Além disso, as escolas devem identificar e avaliar os estudantes que estejam aprendendo inglês, devendo oferecer a eles serviços de inglês como segunda língua (ESL) para garantir que tenham êxito no aprendizado do inglês e em todas as principais matérias escolares. A carta também lembra à escola que você tem o direito de reivindicar os direitos de sua família e está protegido de retaliação por lei federal.

Ao enviar esta carta, você está solicitando oficialmente uma reunião, com um intérprete qualificado, para discutir violações relacionadas a idiomas contra sua família. Você também está solicitando que todas as comunicações futuras sejam feitas no idioma da sua preferência. Os cargos variam de acordo com o distrito escolar, mas você pode considerar apresentar esta carta ao responsável pela matrícula (durante o processo de matrícula), ao coordenador de ESL/ELL, coordenador de Título III, contato de famílias, superintendente ou outro administrador do distrito. Verifique o diretório de funcionários no site da sua escola ou do distrito para obter uma lista completa de funcionários e informações de contato correspondentes. Antes de enviar a carta, lembre-se de preencher os espaços em braço ao final da página.

NOTICE OF VIOLATION OF LANGUAGE ACCESS RIGHTS

To Whom It May Concern:

I write to notify you that this school district has violated my family's language access rights. I am aware of my rights and know that public schools and school districts are legally obligated to provide my child and me with language accommodations and services in our native language. Schools and school districts are legally required to provide accurate interpretation and translation of all essential information and access to English as a Second Language (ESL) services for my child (though not to the exclusion of other core academic subjects). In addition, schools and school districts must provide language access during the enrollment process; they must provide qualified interpretation and accept and translate a wide array of domestic and foreign documents, in languages other than English, that serve to establish a student's age, residency and parentage or guardian legal relationship.

The Supreme Court of the United States, in the landmark decision Plyler v. Doe, upheld the right of all children in the United States to access public education. Public elementary and secondary schools must register and enroll every child who lives in their geographic boundaries, regardless of the child's or guardian's citizenship, immigration status or English language proficiency. Discrimination based on national origin, among other categories, is prohibited under the U.S. Constitution and federal law. Furthermore, Title VI and the 1974 Equal Educational Opportunities Act (EEOA) require all public schools and school districts to ensure that English Language Learner students (ELLs or ELs) can meaningfully participate in their educational programs and services. Title VI also requires schools to communicate with parents and legal guardians in a language in which they are proficient. Any family that advocates for their language access rights is protected from retaliation under Title VI.

Given my family's legal rights to language access, I would like to speak in further detail about the violations that we have been experiencing. I submit this as a formal request for a meeting – with the provision of appropriate language accommodations – with you and/or other appropriate parties of your institution. Under the law, the provision of language accommodations means the inclusion of a qualified interpreter in our meeting either in person or by phone, so that I am able to meaningfully participate. I also ask that you ensure any future communication about this meeting or otherwise is interpreted or translated.

In advance of the meeting, I invite you to consult the following webpage of the Southern Poverty Law Center, which provides resources that explain your legal obligations to enroll and provide meaningful language access to students and guardians: splcenter.org/plyler.

Thank you very much for your attention to this matter. I look forward to speaking to you soon to provide details about how my family's language access rights are being violated and to discuss how your institution can meet your legal obligations to my family pursuant to federal law.

Sincerely,

Guardian Name / Nome do responsável
(conforme aplicável)

Telephone / Telefone

Student Name / Nome do estudante

Email / Email

Date / Data

Language Preferred / Idioma preferencial

AVISO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE MATRÍCULA

RESUMO DA CARTA DE DEFESA DE MATRÍCULA

Esta carta deve ser usada por famílias e defensores de estudantes que estejam sendo indevidamente impedidos de se matricular em escolas públicas do ensino fundamental e médio (elementary, middle e high schools). Ela explica que as escolas e os distritos não podem discriminar contra estudantes imigrantes, devendo ser flexíveis em relação à documentação exigida para matrícula. É responsabilidade da escola ou do distrito traduzir seus documentos para o inglês de modo a matricular sua criança no ano escolar apropriado, traduzir a documentação de matrícula para o idioma com o qual você se sinta mais confortável e fornecer serviço de interpretação para todas as comunicações orais ao longo do processo. As escolas não podem encaminhar estudantes mais velhos a um programa de educação para adultos como prática padrão. A escola deve matricular imediatamente e apoiar os estudantes que estejam sem moradia/desabrigados, além de avaliar aqueles com suspeita de deficiência de aprendizagem para serviços de educação especial (SPED) e matricular os que se qualificarem para tais serviços até a idade de 21 anos.

Ao enviar esta carta, você está solicitando oficialmente uma reunião, com acomodações de idioma conforme necessário, para discutir as violações legais que você está encontrando em relação ao seu estudante e/ou à sua família. Você também está solicitando que seu estudante seja matriculado imediatamente. Os cargos variam em cada distrito escolar, mas você pode considerar apresentar esta carta ao funcionário responsável pela matrícula, ao superintendente ou a outro administrador escolar. Verifique o diretório de funcionários no site da sua escola ou do distrito para obter uma lista completa de funcionários e informações de contato correspondentes. Antes de enviar a carta, lembre-se de preencher os espaços em branco ao final da página.

NOTICE OF VIOLATION OF ENROLLMENT RIGHTS

To Whom It May Concern:

I write to notify you that this school district has wrongfully interfered with my or my child's rights to enroll in public school. I am aware of my family's rights under the U.S. Constitution and federal and state law. Public schools and school districts have legal responsibilities during the enrollment process, including the following:

Schools and school districts must accept a variety of domestic and foreign documents, in any language, as proof of student age, student-parent/guardian relationship and residency within the district limits. Schools and districts cannot require families to pay for translations, nor can they refuse to enroll a student for providing proofs in languages other than English.

Schools and districts cannot discriminate against students or families for their citizenship or immigration status, and they cannot legally require a Social Security card, a state-issued driver's license or proof of Medicaid or other public health program enrollment as a condition of student enrollment.

Throughout the enrollment process, schools and districts must provide qualified translation and interpretation of all enrollment applications and forms, as well as all verbal communications, free of charge to families with limited English proficiency.

Schools and districts cannot steer recently arrived immigrant students or older English Language Learner students (ELLs/ELs) away from public school and toward adult education or credit recovery programs as standard practice. In many cases, these students are eligible for public school and can graduate in a timely manner, especially if given options for summer or night school.

Schools and districts cannot deny enrollment to any student or prospective student, age 21 or younger, who has or may have a learning disability, before evaluating the student's eligibility for special education (SPED) services. If the student is deemed eligible for SPED services, the school cannot deny enrollment and must provide SPED services and accommodations to the student.

Schools and districts cannot deny enrollment to any student who may be experiencing homelessness for failure to provide proof of identity, age, residency within the district limits or relationship to a legal guardian/parent. Schools must immediately enroll the student before evaluating the student's eligibility for services under the McKinney-Vento Homeless Assistance Act. If the student is deemed eligible, the school or district staff must work with the child to arrange services, including transportation for the student.

Given my family's legal rights in the enrollment process, I would like to speak in further detail about the legal violations we have been experiencing within your institution. I am formally requesting a meeting with you and/or other appropriate parties of your institution (with language accommodations, as needed). I further request that my student be immediately enrolled in school.

In advance of the meeting, I invite you to consult the following webpage of the Southern Poverty Law Center, which provides resources that explain your legal obligations during school enrollment: splcenter.org/plyler. Thank you very much for your attention to this matter. I look forward to speaking to you soon to provide details about how my family's enrollment rights are being violated and to discuss how your institution can meet your legal obligations to my family.

Sincerely,

Guardian Name / Nome do responsável
(conforme aplicável)

Telephone / Telefone

Student Name / Nome do estudante

Email / Email

Date / Data

Language Preferred / Idioma preferencial

AVISO DE DIREITOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO DA CARTA DE DEFESA DE SPED (EDUCAÇÃO ESPECIAL)

Esta carta deve ser usada por famílias e defensores de estudantes diagnosticados ou com suspeita de deficiência de aprendizagem, deficiência de desenvolvimento, comprometimento de saúde ou distúrbio emocional que possa qualificá-los para serviços de educação especial (SPED) em escolas públicas do ensino fundamental e médio (elementary, middle e high schools). Ela explica que as escolas e os distritos têm a obrigação legal de identificar e avaliar estudantes e potenciais estudantes que possam se qualificar para os serviços SPED. Os estudantes que se qualificarem para receber serviços SPED devem ter

permissão de matrícula até a idade de 21 anos e receber apoio e acomodações para ajudá-los a ter um bom desempenho na escola. A carta também lembra à escola ou ao distrito que os estudantes que recebem serviços SPED não devem ser desnecessariamente afastados dos colegas que não estejam recebendo serviços SPED.

Ao enviar esta carta, você está solicitando oficialmente que seu estudante seja avaliado e que você receba uma cópia de um formulário de permissão para avaliação e um formulário de direitos dos pais/responsáveis legais no idioma da sua preferência. Os cargos variam em cada distrito escolar, mas você pode considerar apresentar esta carta a um coordenador de educação especial/504, orientador escolar ou contato de famílias. Verifique o diretório de funcionários no site da escola ou do distrito para obter uma lista completa de funcionários e informações de contato correspondentes. Antes de enviar a carta, lembre-se de preencher os espaços em branco ao final da página.

NOTICE OF SPECIAL EDUCATION RIGHTS

To Whom It May Concern:

This letter is intended to notify you that my student has a diagnosed or suspected learning disability, developmental disability, health impairment or emotional disturbance that likely makes my student eligible to receive special education services and accommodations. My student and I are afforded certain rights under federal law, including the Individuals with Disabilities Education Act, Section 504 of the Rehabilitation Act of 1973, and Title II of the Americans with Disabilities Act.

Schools and school districts have a legal responsibility to locate, identify and evaluate children and young people with suspected or known disabilities who may be in need of special education (SPED) services. This includes students who have never been evaluated for SPED services before, but for whom there is suspicion of a qualifying disability or health issue. Schools and districts must also evaluate any student at the request of a parent or legal guardian who suspects that their student could benefit from SPED services. This includes anyone through age 21 who lives within the district's boundaries, including those not currently enrolled in the district. If deemed eligible for SPED services, the student must be allowed to enroll in school through age 21, even if state law allows districts to deny enrollment to students of a younger age. In addition to receiving support and accommodations (and compensatory education services, if needed), students eligible for SPED services should also never be unnecessarily segregated from their peers who are not receiving SPED services.

If you would like to learn more about your legal obligations to all students and families, I invite you to consult the following webpage of the Southern Poverty Law Center: splcenter.org/plyler.

I believe that my student needs to be evaluated for special education services under the Individuals with Disabilities Education Act. I am writing to request an individual, comprehensive evaluation of my student that complies with the requirements of 34 C.F.R. § 300.301. As soon as possible, please provide me with a Consent for Evaluation form and a copy of my Parental/Guardian Rights in the language in which I have indicated I feel most comfortable communicating.

Thank you very much for your attention to this matter.

Sincerely,

Guardian Name / Nome do responsável
(conforme aplicável)

Telephone / Telefone

Student Name /Nome do estudante

Email / Email

Date / Data

Language Preferred / Idioma preferencial

AVISO DE DIREITOS DE ACORDO COM A LEI MCKINNEY-VENTO

RESUMO DA CARTA DE DEFESA DA LEI MCKINNEY-VENTO

Esta carta deve ser usada por estudantes e famílias que estejam sem moradia/desabrigados e seus defensores. Ela explica que as escolas públicas do ensino fundamental e médio (elementary, middle e high schools) e os distritos escolares são obrigados por lei federal a: 1) matricular estudantes que estejam sem moradia/desabrigados imediatamente, mesmo que não tenham a documentação necessária, 2) conectar tais estudantes ao pessoal de apoio necessário e 3) fornecer a eles serviços, tal como transporte.

Ao enviar esta carta, você está solicitando oficialmente que você/seu estudante seja matriculado (caso ainda não esteja) e receba apoio e serviços. Os cargos variam em cada distrito escolar, mas você pode considerar apresentar esta carta ao pessoal da recepção, a um contato da Lei McKinney-Vento, a um contato de família, ao orientador ou ao administrador do distrito escolar como, por exemplo, um superintendente. Verifique o diretório de funcionários no site da escola ou do distrito para obter uma lista completa de funcionários e informações de contato correspondentes. Antes de enviar a carta, lembre-se de preencher os espaços em branco ao final da página.

NOTICE OF RIGHTS UNDER THE MCKINNEY-VENTO ACT

To Whom It May Concern:

I write to notify you that I believe I qualify for services under the McKinney-Vento Homeless Assistance Act because my family lacks a fixed, adequate, nighttime residence.

McKinney-Vento requires that schools and districts immediately enroll students experiencing homelessness, either in their school of origin or their school of choice. Students or prospective students who are experiencing homelessness and are unable to provide documents during the enrollment process to prove their residency, identity, age or relationship to a legal guardian must be immediately enrolled. After they are enrolled, the school/district must evaluate them for eligibility under McKinney-Vento and provide support to acquire any needed enrollment documents. Students who are deemed eligible under McKinney-Vento should be provided services, including transportation to and from school.

You can learn more about the McKinney-Vento act's definition of homelessness and the rights of students experiencing homelessness at splcenter.org/plyler.

This letter serves as a formal request to be immediately enrolled (if not already), be evaluated for eligibility under McKinney-Vento, and receive the services and support I am entitled to as someone experiencing homelessness. Please connect me with the district's McKinney-Vento liaison or another qualified staff member as soon as possible so that we can determine what services I am eligible for. Thank you very much for your attention to this matter.

Sincerely,

Guardian Name / Nome do responsável
(conforme aplicável)

Telephone / Telefone

Student Name / Nome do estudante

Email / Email

Date / Data

Language Preferred / Idioma preferencial

